



Co-funded by the  
European Union



**Project Number:** 2023-19303

**Project Acronym:** SSP

**Project title:** Safety Score Permit



# **Social and cultural practices awareness**

Deliverable 1.3

Version 1.0

**30 Jun 2024**

## Table of Contents

Acronyms and Abbreviations	3
History of Changes	4
Contractual aspects	5
Legal Disclaimer	6
Aviso Legal	6
1 Summary	7
2 Introdução	8
3 Recolha de informação sobre as perspetivas económica, social e cultural	9
3.1. Dimensão económica	9
3.2. Dimensão cultural	12
3.3. Análise SWOT	15
3.4. Recomendações para estabelecimento de negócios	18
3.5. Desafios em termos de SHST	19
3.6. Fatores Positivos e Tendências Recentes em matéria de SHST	21
4 Conclusões	24

## Acronyms and Abbreviations

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

CPAT - Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho

*EIU - The Economist Intelligence Unit*

EPI - Equipamento de Proteção Individual

IGT - Inspeção Geral do Trabalho

MAPTSS - Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

SHST - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

*SSP - Safety Scoring Permit*

*SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

## History of Changes

*Table 1: History of changes*

Version	Publication date	Changes
1.0	30.06.2024	Initial version.

## Contractual aspects

Project name: Safety Scoring Permit (SSP)

Project number: 2023-19303

Deliverable: D1.3 – Social and cultural guidelines

Work package: WP1 - Market analysis and awareness

Task: 1.3. Social and cultural practices awareness

Dissemination Level: PU - Public

Version: 1.0

Leader entity: HOSPITEC

Participant(s): QUALISEG

Author(s): Pedro Pinheiro, Bruno Dias, Conceição Carrasqueira, Manuel Carrasqueira, Pedro Santos, Rui Parreira and Surelma Bartolomeu.

## Legal Disclaimer

The Safety Scoring Permit (SSP) project, No. 2023-19303, has received funding under the Innowwide, Call2, from the the Funding Authority': Eureka Association AISBL.

The sole responsibility for the content of this publication lies with the authors. It does not necessarily reflect the opinion of the above-mentioned agency and other entities. Eureka Association AISBL is not responsible for any use that may be made of the information contained therein.

As previously approved by the Eureka Project Officer, all deliverables are developed in Portuguese as the natural language of Angola and also Portugal, once the work was carried out using the Portuguese language.

## Aviso Legal

O projeto *Safety Scoring Permit* (SSP), N° 2023-19303, recebeu financiamento no âmbito do programa *Innowwide, Call 2*, da entidade financiadora: Eureka Association AISBL.

A responsabilidade exclusiva pelo conteúdo desta publicação é dos seus autores. As opiniões expressas não refletem necessariamente a posição da agência mencionada ou de outras entidades associadas. A *Eureka Association AISBL* não se responsabiliza por qualquer uso que possa ser dado às informações contidas nesta publicação.

Conforme previamente aprovado pelo Delegado do Programa Eureka para o projeto SSP, todos os entregáveis são desenvolvidos em português, já que este é o idioma natural de Angola e também de Portugal, tendo os trabalhos sido realizados utilizando a língua portuguesa.

## 1 Summary

This deliverable is directly linked to task 1.3: Awareness of economical, social and cultural practices, which encompasses the necessary activities to detail the relevant social and cultural aspects essential to ensure the SSP's implementation.

Angola has a promising market due to its population size (35 million people); however, establishing a business in Angola requires significant time and financial investment to ensure a stable market presence, supported by experienced local partnerships.

In the field of Occupational Health and Safety (SHST), there is a positive progress in awareness and perception, with initiatives to foster a workplace safety culture and increasing efforts to implement programs such as ISO 45001 in key sectors (oil, construction, mining), with local organizations promoting training and awareness programs. Multinational companies and foreign partners are driving the adoption of international safety standards.

One relevant conclusion is that SSP (Safety and Security Program) is well-positioned as a relevant tool/solution to help Angolan companies achieve excellence in safety, encouraging workers to adopt healthier and safer behaviors and practices.

## 2 Introdução

Este entregável está diretamente ligado à tarefa 1.3. Consciencialização sobre práticas sociais e culturais, a qual engloba as atividades necessárias para detalhar os aspetos relevantes em termos sociais e culturais, essenciais para garantir que a implementação do SSP possa ser desenvolvida de forma alinhada com as perspetivas e práticas sociais e culturais.

Para atingir este nível desejado de conhecimento, e sob a coordenação da HOSPITEC, foram realizadas sessões de trabalho com atores relevantes no setor da Segurança e Saúde no Trabalho, mas também empresas relevantes do setor industrial.

Portanto, o âmbito deste entregável é:

- Estabelecer o enquadramento económico, social e cultural da realidade Angolana, identificando as perspetivas das Partes Interessadas e as práticas vigentes, com o objetivo de definir e implementar a abordagem mais favorável para a implementação do SSP em Angola.

### 3 Recolha de informação sobre as perspetivas económica, social e cultural

Sob a coordenação da HOSPITEC foi efetuada a recolha de informação relevante em termos dos fatores sociais e culturais vigentes em Angola, tanto em geral como particularmente no que concerne à forma de ver os aspetos associados à Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Para tanto, foram desenvolvidas ações de recolha de informação existente resultante de estudos económicos, sociais e culturais, bem como reuniões e debates com pessoas relevantes do setor, as quais permitiram recolher a informação que passamos a descrever.

#### 3.1. Dimensão económica

Com mais de 35 milhões de habitantes e indicadores de digitalização em crescimento, Angola é um mercado promissor não obstante alguns entraves jurídicos, desafios de cibersegurança, fraca difusão de cartões bancários, telecomunicações pouco desenvolvidas e uma baixa confiança nos serviços postais. Com efeito, somente 1% dos angolanos efetua compras digitais (valor, porém, crescente). Todavia, Angola é interessante para as empresas portuguesas pelas seguintes razões:

- Maior mercado da África Central e elevado potencial de crescimento
- Uma das maiores taxas de penetração de Internet da África subsariana
- Considerável influência cultural e proximidade de preferências de consumo
- Menor rivalidade de grandes *players* mundiais por dificuldades de entrada e permanência no mercado
- Bom posicionamento e imagem dos bens e serviços portugueses
- População muito jovem e em expansão, refletindo-se futuramente nos indicadores de natureza social e cultural
- Elevadas necessidades no mercado interno, com carência em produtos e setores pouco diferenciados.

Angola é o segundo maior produtor petrolífero do continente africano e um país rico em recursos naturais – com destaque para o setor dos hidrocarbonetos, que representa cerca de 50% do PIB e 90% das exportações (baseadas em *commodities* e pouco diversificadas).

A agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, designadamente em termos de emprego. Todavia, são importados cerca de 50% dos produtos alimentares consumidos (ITA, 2022). Angola possui uma crescente população jovem, sendo a produtividade laboral baixa. Apesar do seu grande potencial, e do papel crucial no relançamento das economias locais, o turismo e o retalho sofrem um acentuado défice de infraestruturas, desde infraestruturas hoteleiras a vias de transporte.

Após intensificar-se em 2022 (para 3,0%) – em virtude do aumento da cotação e da produção petrolíferas e do melhor desempenho das indústrias extrativa e da construção –, o crescimento do PIB real estagnou em 2023 (0,5%), segundo estimativas da EIU, devido à quebra na produção de petróleo (não obstante a expansão da produção de diamantes, gás natural e serviços) e considerando a cessação do subsídio ao petróleo. Tal crescimento deverá ter acelerado em 2024 (2,5%), com o reforço da produção petrolífera e do setor não-petrolífero (setores mineiro, agrícola e do gás natural) e incentivos iscais, devendo as exportações totais registar um aumento. E de referir que, no final de 2023, o país abandonou a OPEP, procurando maior flexibilidade para promover a sua produção de petróleo. A inflação deverá acentuar-se para 19,4% em 2024. Como potenciais oportunidades de investimento, salientam-se os setores farmacêutico, agro-industrial, do calçado, das energias renováveis e das TIC.

Em termos do Ambiente de Negócios, relevam-se os seguintes dados:

- 80/82 - Ranking Global
- 130/176 – Facilidade em fazer negócios
- 116/180 – Transparência
- C - Risco Geral (*A1 = risco menor; E = risco maior*)
- D - Risco Económico (*A1 = risco menor; E = risco maior*).

Fonte(s): *The Economist Intelligence Unit (EIU), 2024 – Ranking Global; IMD World Competitiveness Ranking, 2023; The Heritage Foundation – Economic Freedom Index, 2023; TI – Corruption Perceptions Index, 2023; Coface, 2024 – Risco Geral e Risco Económico.*

Os dados Macroeconómicos relevantes indicam:

- 93,2 mil milhões USD - PIB a preços de mercado
- 2 541 USD - PIB per Capita
- 0,5% - Crescimento real do PIB
- 13,6% - Taxa de inflação
- 1,0 (Var. %) - Consumo privado
- 3,6 (Var. %) - Consumo público
- 1,0 (Var. %) - Formação bruta de capital fixo
- 29,6% - Taxa de desemprego.

Fonte(s): *The Economist Intelligence Unit (EIU), 2024 (estimativas referentes a 2023); Instituto Nacional de Estatísticas de Angola, 2023 (dados referentes a 2022).*

De acordo com o Comtrade, Angola registou, em 2022, um excedente de 33 mil milhões de USD, o que representou um aumento de 8 813 milhões de USD face a 2018 e de 10 mil milhões de USD em relação a 2021. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 288,0%, o que significou menos 14,9pp do que o registado em 2021.

Em termos de relações económicas e comerciais externas, de acordo com o *Comtrade*, os cinco principais fornecedores de Angola, em 2022, foram a China (16,0%), **Portugal (10,7%)**, a Coreia do Sul (9,2%), os Países Baixos (6,8%) e a Índia (6,1%). Estes mercados representaram, em conjunto, 48,9% do valor das importações.

No que concerne às relações com Portugal, relevam-se os seguintes Acordos Bilaterais (dados de Março de 2024):

- Acordo sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal (AAAMCMF), em vigor desde 20.02.2019
- Convenção para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal (CEDT), em vigor desde 22.08.2019

- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (ACDT), em vigor desde 12.12.2007
- Convenção sobre Segurança Social (CSS), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor
- Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (APPRI), em vigor desde 24.04.2020 e Acordo de Revisão (AR), em vigor desde 22.12.2021
- Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria (ACDI), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Turismo e Hotelaria (AECDTH), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor
- Acordo de Cooperação Económica (ACE) e Protocolo Adicional (PA), aguarda a publicação do aviso de entrada em vigor.

No que concerne a Propriedade industrial (Marca, patente e design), o registo efetuado em Portugal apenas produz efeitos em território nacional. É possível alargar a proteção legal a outros países através de registo internacional (procedimentos: marcas; patentes; design) ou efetuar o registo diretamente no mercado pretendido, junto do organismo responsável pela proteção da propriedade industrial, que no caso de Angola é o Instituto Angolano da Propriedade Industrial.

### 3.2. Dimensão cultural

Na vertente cultural, relacionada com a forma de estar nos negócios e vida de trabalho, relevam-se os seguintes fatores:

- Pontualidade – A maior parte das reuniões não começa à hora previamente agendada. Existem alguns fatores, como a imprevisibilidade do tráfego, entre outros, que provocam atrasos consideráveis. No entanto, é essencial que, sempre que esteja iminente um atraso, se informe a outra parte da hora prevista de chegada

- Forma de vestuário – Nas reuniões empresariais ou com autoridades angolanas é habitual o uso de fato e gravata. O contacto e o relacionamento com os angolanos são, em geral, cordiais
- Horários – Os dias começam e acabam mais cedo do que em Portugal. Para contactos e reuniões com entidades públicas a melhor solução será optar pela parte da manhã. Grande parte das empresas trabalha também ao sábado de manhã. Os almoços e jantares são comuns como reuniões de trabalho.
- Contacto de Portugal – Os primeiros contactos de Portugal através de e-mail, em geral, não dão resultado, sendo imprescindível a deslocação ao mercado. Preferencialmente, os números de contacto a ter em conta são os da rede móvel, pois são os mais utilizados e não têm os problemas da rede fixa.
- Parcerias – As parcerias com agentes locais angolanos são cada vez mais importantes para quem procura estabelecer-se ou alargar a sua rede de clientes em Angola, o que não invalida que a presença local se possa fazer sem o recurso a parceiros locais.

Nos últimos anos, têm sido tomadas várias medidas para a melhoria do ambiente de negócios, encontrando-se em vigor uma nova lei do investimento privado, mais liberal e facilitadora das operações de investimento.

Em termos dos hábitos de consumo a crise económica alterou o comportamento da maioria dos consumidores angolanos. A perda do poder de compra, associada à depreciação significativa da moeda nacional e uma inflação a dois dígitos, levou a uma quebra do consumo. De referir, também, a redução significativa da classe média local, bem como da comunidade de expatriados, especialmente portugueses e brasileiros.

O aumento generalizado e continuado dos preços dos bens e serviços, sobretudo em Luanda, conduz a população a adotar novos hábitos de consumo, comprando menos e gastando quase tudo em alimentação.

O facto das famílias angolanas serem, por norma, numerosas e auferirem um salário mínimo muito baixo faz com que também tenham dificuldade em adquirir os produtos do cabaz básico.

Considerado um país de rendimento médio pelo Banco Mundial, Angola é o que gasta menos em saúde (228 dólares/habitante), quatro vezes menos do que os seus pares. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Angola é o país da lusofonia

com a maior percentagem da população ativa a atuar no setor informal, o qual representa 72,6% dos operadores económicos fora do circuito legal. O setor do auto-emprego comporta trabalhos de pequenos agricultores, comerciantes, táxi coletivo, além de outros postos de trabalho familiares nas áreas de agricultura, construção, comércio e serviços. Os mercados informais são essenciais para a maioria da população.

A população concentra-se, essencialmente, na região ocidental de Angola e totaliza 35,6 milhões de habitantes (estimativas da EIU referentes a 2022), prevendo-se que cresça até 2050 (72,3 milhões de habitantes). O país possui uma população jovem, sendo que os indivíduos com idades compreendidas entre 0 e 14 anos terão representado, em 2022, 47,4% da população total. Estima-se que em 2022 a taxa de urbanização tenha sido de 68,2% e que a população em idade ativa tenha atingido 50,3% da população total.

A projeção do INE de Angola aponta para que, de 2024 a 2050, a migração líquida interna se reduza gradualmente até atingir 25% do nível de 2014. Quanto à migração internacional, irá aumentar gradualmente.

### 3.3. Análise SWOT

#### **Forças**

- Importante produção de petróleo e de gás natural liquefeito
- Potencial económico considerável: ouro, diamantes, ferro, agricultura e pescas, recursos hidroelétricos
- Apoio financeiro internacional
- País recetor de vasto investimento direto estrangeiro

#### **Fraquezas**

- Forte endividamento público
- Vulnerabilidades do setor petrolífero
- Elevada taxa de desemprego, fortes desigualdades sociais e disparidades regionais
- Deficiências infraestruturais

- Mão de obra pouco qualificada e escassez de competências
- Fragilidade do setor bancário
- Conflito no enclave de Cabinda
- Cerca de 30% dos angolanos vivem aquém do limiar de pobreza, segundo a *Central Intelligence Agency*, sendo, com efeito, o poder de compra reduzido
- Presença de burocracia e corrupção substanciais, posicionando-se Angola em 116º lugar no *Corruption Perceptions Index 2022* (num universo de 180 países)
- Carências no plano institucional e ao nível da transparência
- Entraves regulamentares
- Fraca concorrência interna
- Níveis de educação e saúde baixos
- Produtividade do trabalho pouco substancial.

### **Oportunidades**

- Mercado de elevada dimensão (35,6 milhões de habitantes, segundo estimativas da EIU referentes a 2022)
- Portugal tem com Angola uma relação económica sólida, caracterizada por mais de 4 000 empresas exportadores para o mercado em 2021 (3.º destino das exportações extra-UE) e pela presença de mais de 400 empresas de capital português instaladas no país
- Não obstante a crise e o decréscimo das exportações para Angola, Portugal continua a ser um dos seus principais parceiros comerciais. Os bens alimentares e os vinhos têm grande destaque nas preferências dos angolanos
- A maioria dos produtos consumidos em Angola é importada (designadamente bens agrícolas, bem como relativos à indústria transformadora e às infraestruturas), dada a capacidade limitada do país em termos de produção
- O Governo pretende priorizar a diversificação da economia, por forma a tornar o país menos dependente das importações, fomentando, ao mesmo tempo, a exportação. A estratégia passa pela captação de investimento privado, assim como pela aprovação de medidas e legislação que visam aumentar a atratividade da economia angolana com base num melhor ambiente de negócios

- PAC – Programa de Apoio ao Crédito: trata-se de um mecanismo de financiamento do setor privado, com o objetivo de estimular a produção nacional
- O reforço e o alargamento das exportações, fora do setor não-petrolífero, têm incidido nos setores têxtil, das madeiras, das rochas ornamentais, das pescas e do mar.

### **Ameaças/Dificuldades**

- Angola enfrentou, entre 2016 e 2020, uma crise económica, financeira e monetária, que se traduziu num aumento significativo da inflação (30,7%, em 2016, e 21,4%, em 2022, de acordo com a EIU) e foi exacerbada pela queda do preço do crude
- Encarecimento do financiamento público, via bilhetes e obrigações do Tesouro, com elevadas taxas de juro, entre 15,75% e 16,5%
- Desvalorização do Kwanza (cerca de 250% desde 2017)
- Deterioração das reservas líquidas internacionais. Em 2013, o valor das reservas foi cerca de 32 mil milhões de USD e, em 2022, situou-se em aproximadamente 14 mil milhões de USD, segundo a EIU
- Política protecionista relativamente à indústria nacional, sobretudo os setores capazes de abastecer o mercado
- Lista de 54 produtos sobre os quais incidem medidas para acelerar a substituição de importações, com destaque para embalagens de vidro, farinha de trigo, abacaxi, açúcar, água de mesa, feijão, ovos, óleo, cebola, sal, cimento, etc. O importador, para comprar ao estrangeiro, deverá primeiro esgotar a possibilidade de aquisição de produtos a nível nacional
- Altas taxas de juro, que impossibilitam o recurso ao crédito para grande parte das empresas
- Diminuição da despesa por parte do Estado, feita sobretudo à custa da redução do investimento
- O país possui um ambiente de negócios complexo
- A capital angolana, Luanda, é uma localização com custos significativos no que respeita à atividade empresarial, não obstante a depreciação do Kwanza e a

redução da mão de obra expatriada em Angola (a qual veio diminuir os custos associados aos espaços de escritórios)

- Apesar da expansão do empreendedorismo em Angola, o acesso ao crédito empresarial afigura-se complexo
- Somente poucas empresas angolanas estão bem posicionadas para representar ou serem distribuidoras de empresas internacionais no país
- A presença de empresas portuguesas incumbentes no mercado angolano intensifica a concorrência no país, colocando desafios às empresas entrantes.

O enquadramento estratégico que é fornecido pela Estratégia de Longo Prazo 2050 e pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 23-27, aliado aos programas de desenvolvimento em curso como o Planagrão, Planapecuária e Planapesca, o Programa de Privatizações PROPRIV e, ainda, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), constitui elementos importantes para os operadores económicos portugueses que desejam abordar o mercado angolano.

### 3.4. Recomendações para estabelecimento de negócios

- Observância de Prazos – O cumprimento de prazos de entrega e/ou pagamento, entre outras obrigações contratuais, é fundamental para o sucesso dos negócios
- Presença Estável – No caso de criação de um estabelecimento é necessário escolher criteriosamente os benefícios resultantes do envolvimento de eventuais parceiros locais. Não obstante um quadro legal mais flexível do investimento privado em Angola, existem constrangimentos diversos para as empresas que pretendam constituir uma presença estável neste mercado (fraca qualidade das infraestruturas, dificuldades no acesso, localização)
- Requisitos temporais e financeiros – Com vista à participação no mercado angolano, as empresas necessitam de alocar bastante tempo e recursos financeiros, de modo a serem bem-sucedidas
- Parceiro local – Revela-se crucial dispor de um parceiro que reúna vasta experiência no mercado angolano (conhecedor das práticas nele adotadas e que disponha de uma rede de clientes), por forma a promover a inserção das empresas no mesmo
- Idioma – Para a realização de negócios em Angola, importa assegurar o domínio das línguas portuguesa e inglesa.
- Trocas comerciais – Têm vindo a ser implementadas várias reformas, nomeadamente legislativas, com o objetivo de liberalizar as trocas comerciais de bens e serviços (simplificando, facilitando e desburocratizando procedimentos), promover a iniciativa privada (cabe ao Estado o papel de regulador/orientador do desenvolvimento do comércio externo, por forma a criar um ambiente atrativo à competitividade) e eliminar obstáculos nas transações internacionais. Não obstante, regista-se, em paralelo, uma inversão de tendência na de iniciação da política comercial angolana, numa ótica protecionista (na sequência da crise financeira e económica). Esta política visa, sobretudo, proteger a produção local, em especial, em áreas em que a oferta nacional seja suficiente. Por outro lado, tem vindo a ser feito um esforço considerável para substituir as importações por produção local, nomeadamente

através do PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações).

- Meios de pagamento – Credíveis e Fidedignos (ex.: carta de crédito confirmada e irrevogável), são uma forma de diminuir ou atenuar o risco associado à realização de negócios (designadamente operações de exportação). O Banco Nacional de Angola (BNA) recomenda a carta de crédito como instrumento financeiro para as importações.

Fonte(s):

- *Coface*
- *The Economist Intelligence Unit (EIU)*
- *Transparency International*
- *Central Intelligence Agency (CIA)*
- *Instituto Nacional de Estatística de Angola*
- *International Trade Administration – Market Overview*
- *AICEP – Ponto de Rede*
- *International Trade Administration – Market Challenges*
- *International Trade Administration – Market Entry Strategy.*

### 3.5. Desafios em termos de SHST

Uma estimativa grosseira indica que os custos dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais em Angola rondam os 3,8% do PIB, o que é extremamente alto e representa uma das piores estatísticas a nível mundial. Tal como noutros setores, o setor da Saúde, no qual se insere a HOSPITEC, apresenta um cenário preocupante no que diz respeito à Saúde e Segurança no Trabalho, sendo evidente para os intervenientes relevantes do setor que é necessária uma abordagem diferente para promover comportamentos mais adequados e seguros.

A perspetiva das autoridades, das empresas e das pessoas em Angola no que diz respeito à Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) tem vindo a evoluir nos últimos anos, à medida que as organizações e a sociedade em geral começam a reconhecer a importância de estabelecer condições de trabalho mais seguras e sustentáveis. No entanto, ainda existem desafios significativos. Segue-se uma análise geral com base em diferentes perspetivas.

- **Perspetiva das autoridades**

- É cada vez mais reconhecido pelo governo de Angola e por grandes/representativas empresas que os custos dos acidentes de trabalho são muito significativos, abrangendo várias despesas diretas e indiretas que impactam tanto os trabalhadores afetados e as suas famílias, como também os empregadores e a economia no seu todo. Uma estimativa grosseira indica que os custos dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais em Angola rondam os 3,8% do PIB, o que é extremamente alto e representa uma das piores estatísticas a nível mundial.
- A crescente consciencialização sobre esta realidade tem levado as organizações governamentais a envidar esforços para criar uma cultura de segurança e reduzir os acidentes de trabalho. Tal como noutros setores, o setor da Saúde, no qual se insere a HOSPITEC, apresenta um cenário preocupante no que diz respeito à Saúde e Segurança no Trabalho, sendo evidente para os intervenientes relevantes que é necessária uma abordagem diferente para promover comportamentos mais adequados e seguros.

- **Perspetiva empresarial**

- As empresas em Angola têm demonstrado uma crescente preocupação com a SHST, mas o nível de implementação de práticas eficazes varia bastante consoante o setor e o tamanho da organização
- Reconhecimento dos Custos de Acidentes de Trabalho: empresas de maior dimensão ou peso significativo na economia, como as do setor petrolífero (ex: SONANGOL) e o setor mineiro, reconhecem cada vez mais que os acidentes de trabalho representam custos extremamente elevados, tanto em despesas diretas (tratamentos médicos, indemnizações) quanto indiretas (perda de produtividade, impacto na reputação). Consequentemente, estas empresas tendem a adotar melhores práticas de

SHST, muitas vezes alinhadas com padrões internacionais como a ISO 45001.

- Apoio Limitado em Pequenas e Médias Empresas (PMEs): pequenas e médias empresas, que constituem uma parte significativa da economia em Angola, geralmente enfrentam dificuldades em implementar sistemas eficazes de SHST. Muitas vezes, devido a recursos financeiros limitados, falta de formação especializada e uma percepção de que a SHST é mais um "custo adicional" do que um investimento para prevenir acidentes e doenças.
- Setores com Maior Risco: embora setores como o da construção civil, transporte, saúde, mineiro e petrolífero sejam áreas de alto risco em Angola, nem todos possuem uma forte regulamentação ou fiscalização. Algumas empresas, especialmente nos setores informais, ainda enfrentam dificuldades em cumprir com normas básicas de segurança, expondo os trabalhadores a riscos diários.
- Exigências de Investidores e Parceiros Internacionais: as empresas com parcerias externas ou que trabalham com empresas multinacionais estão a ser mais pressionadas a adotar políticas de SHST eficazes. Este fator está a contribuir para uma maior consciencialização e aplicação em setores estratégicos.

- **Perspetiva das Pessoas (Trabalhadores)**

- Os trabalhadores angolanos, por sua vez, enfrentam dificuldades únicas e têm opiniões distintas sobre a SHST, com base na sua experiência no ambiente de trabalho
- Baixa Consciencialização: um dos maiores desafios em Angola é a falta de consciencialização e educação dos trabalhadores sobre o que constitui condições de trabalho seguras. Muitos trabalhadores não recebem formação suficiente ou adequada sobre os riscos do seu trabalho e sobre como protegerem a sua saúde
- Aceitação de Condições de Risco: por necessidade económica, muitos angolanos continuam a trabalhar em condições de alto risco, não tendo alternativa viável. Nestes casos, a preocupação com a segurança e saúde no trabalho muitas vezes é secundária, já que a prioridade dos trabalhadores é garantir o sustento das suas famílias.
- Impacto na Saúde: em muitos casos, os trabalhadores só percebem as consequências da falta de medidas de SHST após sofrerem lesões ou desenvolverem doenças provocadas pelas condições de trabalho precárias. Esta situação afeta não apenas a vida dos trabalhadores, mas também as suas famílias, contribuindo para o ciclo de pobreza.
- Falta de Voz no Local de Trabalho: muitos trabalhadores em Angola têm dificuldade em fazer valer os seus direitos no que diz respeito a SHST. Isto pode estar relacionado com a falta de sindicatos fortes e uma fiscalização limitada por parte das autoridades.

### 3.6. Fatores Positivos e Tendências Recentes em matéria de SHST

Apesar dos desafios, existem sinais promissores na área de SHST em Angola, nomeadamente:

- **Legislação:** o governo angolano tem vindo a reforçar a regulamentação e o quadro legal relacionado com a Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho. Exemplo disso é o Decreto Presidencial nº 256/11, que estabelece normas e diretrizes para melhorar as condições de trabalho. No entanto, a fiscalização continua a ser um desafio
- **Crescimento da Vigilância e Educação:** organizações como a QUALISEG e outras têm vindo a promover programas de formação e sensibilização, dirigidos tanto a empresas como a trabalhadores, para fomentar uma cultura de segurança. Estas organizações desempenham um papel essencial na implementação de medidas preventivas e na disseminação de boas práticas.
- **Pressão Internacional:** com o aumento de investimentos estrangeiros no país, especialmente em setores estratégicos, empresas angolanas estão a ser pressionadas a adotar padrões globais, como os sistemas de gestão de SHST baseados na norma ISO 45001.
- **Mudança Cultural:** existe uma lenta, mas crescente, mudança cultural à medida que mais empresas começam a implementar programas de "cultura de segurança" que incluem a formação regular de trabalhadores e a implementação de sistemas de incentivo ao cumprimento das boas práticas de segurança.
- Os acidentes de trabalho em Angola estão a ser progressivamente reconhecidos como um grande problema e existe uma ideia razoável das necessidades das organizações em Angola no que concerne à SHST
- É cada vez mais reconhecido pelo governo de Angola e por grandes e representativas empresas que os custos dos acidentes de trabalho são muito significativos, abrangendo várias despesas diretas e indiretas que impactam tanto os trabalhadores afetados e as suas famílias, como também os empregadores e a economia no seu todo
- A crescente consciencialização sobre esta realidade tem levado as organizações a envidar esforços para criar uma cultura de segurança e reduzir os acidentes de trabalho.

Neste quadro, o SSP está muito bem posicionado como uma ferramenta/solução relevante para apoiar as empresas angolanas, de forma geral, a progredir para um

nível de excelência em segurança, conduzindo as organizações a recompensar regularmente os bons comportamentos, de forma a incentivar a disciplina e a reconhecer bons exemplos. Isto levará os trabalhadores a melhorar os seus comportamentos, adotando atos e abordagens mais saudáveis e seguras.

## 4 Conclusões

Com base na análise realizada, destacam-se os seguintes pontos:

- Angola possui um mercado promissor devido à sua dimensão (35 milhões de habitantes) e crescente digitalização, mas enfrenta desafios como baixa confiança nos serviços postais, telecomunicações pouco desenvolvidas e baixa penetração dos cartões bancários
- As relações de Negócio e Trabalho são formais, exigem um código de vestuário empresarial clássico e há preferência por interações locais sobre contacto remoto
- O estabelecimento de Negócios requer investir em tempo e recursos financeiros para marcar presença estável no mercado angolano, garantindo parcerias locais experientes
- No domínio da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), existe uma evolução positiva na perceção e consciencialização sobre SHST, com iniciativas para criar uma cultura de segurança nos locais de trabalho
- Existem esforços crescentes para implementar programas como a norma ISO 45001 em setores estratégicos (petróleo, construção, mineração), projetos de formação e consciencialização por parte de organizações locais sendo que algumas empresas multinacionais e parceiros estrangeiros têm pressionado pela adoção de padrões internacionais de segurança
- O SSP está bem posicionado como uma ferramenta/solução relevante para apoiar as empresas angolanas a progredir para um nível de excelência em segurança, o que levará os trabalhadores a melhorar os seus comportamentos, adotando atos e abordagens mais saudáveis e seguras.